

DOCUMENTOS • Nº 7

**NAKBA – 63 ANOS
16 DE MAIO DE 2011**



Nakba 63 anos
Expropriação
Ocupação
Opressão

Casa do ALENTEJO
16 Maio 2011
19 horas

Dr. Mufeed Shami – Embaixador da Palestina
Maria do Céu Guerra – Presidente do MPPM
Carlos Almeida – Direcção Nacional do MPPM
Filme “Carta de Sara” comentado pelo jornalista
José Manuel Rosendo

MPPM – Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente
www.mppm-palestina.org
www.facebook.com/MPPM.Movimento.Palestina

EDIÇÃO 1

MAIO DE 2011

O MPPM – Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente – promoveu a realização, no dia 16 de Maio de 2011, na Casa do Alentejo, em Lisboa, de uma sessão pública evocativa do 63º Aniversário da Nakba.

A sessão foi presidida por Maria do Céu Guerra, Presidente do MPPM e entrevistaram ainda:

- Carlos Almeida – membro da Direcção Nacional do MPPM*
- José Manuel Rosendo – jornalista da RTP*
- Embaixador Mufeed Shami – Embaixador da Palestina em Portugal*

Neste documento reunimos todas as intervenções apresentadas na Sessão.

MPPM – MOVIMENTO PELOS DIREITOS DO POVO PALESTINO E PELA PAZ NO MÉDIO ORIENTE

Rua Silva Carvalho, 184 – 1º Dtº | 1250-258 Lisboa | Tel 213 889 076 | Fax 213 889 136 | NIPC: 508267030
mppm.palestina@gmail.com | www.mppm-palestina.org | www.facebook.com/MPPM.Movimento.Palestina

SESSÃO EVOCATIVA DO 63º ANIVERSÁRIO DA NAKBA

LISBOA - 16 DE MAIO DE 2011

INTERVENÇÃO DE MARIA DO CÉU GUERRA (*)

Paz, Terra e Soberania para o povo da Palestina!

No dia 15 de Maio o mundo, e muito principalmente o Povo Palestino, assinala os 63 anos de a Nakba, o desastre. Dia negro na história de dois povos: o Povo Palestino e o povo de Israel. Pois não há ocupação sem ocupados e ocupantes e tão desastrosa é a história de uns como de outros. Só que uns no papel de vencedores e outros no papel de vencidos. Temporariamente, claro, porque a História não pára.

Vale a pena, porque nem todos as conhecem, determo-nos um pouco nos antecedentes e circunstâncias deste dia negro.

A sua história remonta, na nossa, era a mais de um século.

Em 1897 na sequência do 1º Congresso sionista de Basileia, declara-se que o Sionismo luta por criar um lar para o Povo Judeu na Palestina.

Cinco anos depois é criado o Estatuto do Fundo Nacional Judeu para aquisição de terra da Palestina que deve ser entregue “ desocupada dos seus habitantes árabes”. Mas a Palestina não era uma terra sem povo. Nessa altura os judeus eram apenas 6% da população palestina. E desde essa altura o perseverante povo judeu não fez senão avançar numa direcção: adquirir a terra palestina desocupada dos seus habitantes árabes.

Perante a Grande Revolta Palestina de 1936 – 1939 o Livro Branco Britânico tenta restringir a desmesurada aquisição de terras pelos sionistas e exige o acordo dos árabes para essas acções. Tudo isto se passa antes do fim da segunda guerra mundial.

O fim da Guerra potencia e justifica aos olhos da comunidade internacional a urgência de criar o Estado de Israel que começa a fazer-se pela força do terror. Um atentado orientado por Menachen Begin mata, no Hotel King David, 91 pessoas em 1946. Nesse mesmo ano, os Árabes recusam a partilha da Palestina entre o Estado judaico 55% e um estado árabe que receberia 44%.

Em 1947 o Reino Unido abandona o mandato que recebeu da Sociedade das Nações e a questão é levada pela primeira vez à recém-criada ONU. A proposta é então um Estado com duas nações, mas a maioria dos estados membros não a aceita, assim como a maioria das organizações Palestinas que prefere um único estado Palestino pronto a receber, em situação de igualdade, árabes, cristãos ou judeus que a ele acorram.

Em 1948 o Plano Dalet prevê a limpeza étnica dos palestinos do futuro estado judaico.

Seguem-se massacres de palestinos, os ingleses retiram-se do terreno e deixam o campo aberto e a maior parte do armamento a Ben Gurion que proclama, sem o acordo árabe, o Estado de Israel.

Nakba quer dizer desastre.

Estamos em 1948, há justamente 63 anos.

Os países árabes invadem a Palestina em amparo do seu povo e os sionistas, depois de uma guerra de aproximadamente um ano, derrotam a coligação e apropriam-se de 78% do território, 20% ficam sob administração Jordana e 1,5% ficam sob administração egípcia, a Faixa de Gaza.

Sem terra, sem casa, sem pátria, desapossados de todos os seus bens de que muitos deles ainda hoje guardam a chave, mais de 700 mil palestinos refugiam-se em países árabes vizinhos.

A ONU aprova a resolução 194 que consagra o direito ao regresso dos palestinos. Criam-se campos de refugiados.

Em 1955, os israelitas, não contentes com os seus 78% do território, invadem Gaza. Em 1956 invadem o Sinai.

Em 1959 cria-se a Fatah, em 1964 cria-se a OLP para resistir e combater no terreno e no mundo a ocupação da Palestina.

Depois já sabemos: em 1968 Israel responde com a guerra dos seis dias que tem como consequência a ocupação da Cisjordânia, da Faixa de Gaza, de Jerusalém Oriental, do planalto sírio do Golan e da península egípcia do Sinai. E o êxodo de mais 200 mil Palestinos e de 120 mil sírios.

A ONU, na sua resolução 242, determina a retirada dos territórios ocupados na guerra dos seis dias.

Depois, são vinte anos de ataques e contra-ataques, de invasões, de massacres, de infiltrações, de tentativas de paz imediatamente interrompidas pelas razões mais diversas, artificiais ou fundamentadas. É o esforço internacional de Yasser Arafat, reconhecido internacionalmente como representante do povo Palestino.

E em 1987 o Povo Palestino resolve medir forças com o ocupante e da Faixa de Gaza à Cisjordânia ergue-se o Tremor – Intifada – que também conhecemos pela Revolta das Pedras, versão moderna do combate entre David e Golias. A repressão causa a morte a 2.000 Palestinos. Funda-se o Hamas em Gaza. A OLP proclama em 1988 o Estado Palestino reconhecido por mais de cem Estados da Comunidade Internacional.

Itzac Rabin, Arafat, Shimon Perez negociam a Paz e ganham, em conjunto, o Prémio Nobel da Paz. A Paz parece ao nosso alcance. Mas Rabin é assassinado por um judeu sionista, e enquanto Arafat ganha as eleições e é eleito em Gaza, Jerusalém Oriental e Cisjordânia presidente da autoridade Palestina, a extrema direita ganha as eleições em Israel e faz substituir Shimon Perez por Benjamim Netanyahu. A partir do ano 2000, o tempo divide-se entre acordos de Paz, Fogo e Cessar-Fogo e a cada novo ataque Israel está, no fundo, mais próximo do seu objectivo: a aquisição de uma Palestina sem árabes.

Um Muro de Vergonha atravessa o Território Palestino, roubando-lhe ainda terreno à sua já escassa dimensão.

Em poucos anos são assassinados três líderes do Hamas. Morre Arafat, depois de uma longa, cruel e torturante residência fixa em Ramallah. A determinação palestina obriga à saída dos colonos da faixa de Gaza, vitória que se antevia como impossível, mas Israel tenta ressarcir-se da perda chamando a si, contra todos os acordos internacionais, Jerusalém, a pátria de todos e de ninguém em exclusivo. A discórdia está lançada na Palestina. O Hamas que ganha eleições legislativas livres, não é considerado interlocutor, pela sua prática “terrorista”. Terrorista é então toda a resistência armada que ainda não ganhou nem se rendeu. Pois ninguém chama terrorista a Ben Gurion, nem a Menachen Begin. São movidos criminosos boicotes a um povo inteiro, vítima de um brutal ataque militar.

O Povo Palestino é a OLP, é a Fatah, é o Hamas, é Gaza, é a Cisjordânia, é Jerusalém.

É um Povo inteiro que reclama o seu direito à independência e à terra com uma vontade maior que as divergências. Para assinalar os 63 anos da Nakba, 11 organizações celebraram um acordo de Reconciliação. Mais de 10 mil polícias israelitas reforçam os serviços policiais de segurança permanente de Israel. A palavra “Não” esteve hasteada em milhares de bandeiras palestinas. O exemplo do Médio Oriente, que aproveitou as novas tecnologias para comunicar entre si e criar opinião e mobilização, talvez sirva à Palestina. Talvez nenhum muro consiga impedir que um povo dialogue, mesmo com diferenças políticas, se o objectivo for comum. Uma longa luta ainda nos espera. Mas o apartheid também caiu. É altura de darmos as mãos por um estado Palestino. É altura de pegarmos na nossa chave e ir abrir as portas das nossas casas fechadas. A Casa da Tolerância. A Casa do Diálogo. A Casa da Confiança. E nós, Comunidade Internacional, é altura de sermos mais firmes que nunca. E não deixar que nos mintam mais.

Viva a vontade do Povo Palestino.

Viva a Palestina Livre e Soberana

Viva a Paz no Médio Oriente.

Viva a Paz no Mundo.

() Maria do Céu Guerra é actriz e encenadora e Presidente da Direcção Nacional do MPPM. Esta intervenção foi proferida na sessão pública evocativa do 63º Aniversário da Nakba promovida pelo MPPM, na Casa do Alentejo, em Lisboa, no dia 16 de Maio de 2011.*

SESSÃO EVOCATIVA DO 63º ANIVERSÁRIO DA NAKBA

LISBOA - 16 DE MAIO DE 2011

INTERVENÇÃO DE CARLOS ALMEIDA (*)

Nas cercanias de Jerusalém ocidental, na direcção de Tel-Aviv, jazem, na encosta de um monte, os restos dispersos de algumas casas construídas na pedra clara de Jerusalém. Por entre o manto verde de vegetação rasteira, pontuado aqui e ali por algumas árvores, o brilho límpido da pedra branca ilumina ainda o vale que serpenteia em baixo. Descarnadas no seu interior, mudas, velando, como estátuas, a paisagem em redor, não é o vazio, no entanto, que as habita. No seu interior, assim como por entre os caminhos cujos sulcos a terra teima em guardar, paralelos aos declives da montanha, ecoam vibrantes as vozes e os cheiros do tempo em que aquele lugar fervilhava de actividade.

Naqueles dias de Dezembro de 1947, Lifta era uma vila com perto de três mil pessoas. Na elegância e imponência das suas casas, muitas delas com dois e três pisos – um exemplar notável da arquitectura rural palestina – revelava-se uma comunidade próspera com raízes ancoradas bem fundo na história daqueles lugares. As histórias que as crianças ouviam dos mais velhos, recordavam em particular, entre os seus mais ilustres, a figura de Qasim al-Ahmad que, em 1834, dirigira a rebelião contra o domínio egípcio de Ibrahim Pasha, naquela que, para alguns, ficou conhecida com a primeira manifestação do nacionalismo palestino. A fertilidade das suas terras e a abundância de água asseguravam uma produção agrícola rica, constituída por cereais, designadamente trigo e cevada, oliveiras e frutas várias, e que em boa parte era canalizada para Jerusalém. Lifta possuía um forte sentido de comunidade que a diversidade religiosa contribuía, aliás, para reforçar. Nas festas locais, as famílias cristãs, judaicas e muçulmanas – estas em franca maioria – juntavam-se na praça da vila e partilhavam entre si os produtos próprios da sua cultura. As crianças frequentavam as mesmas escolas e brincavam juntas nos mesmos lugares. Lifta orgulhava-se da sua escola para raparigas, que atraía as meninas das aldeias em redor, e que fora construída em 1945, graças ao esforço conjunto das populações¹.

O entardecer do dia 28 de Dezembro de 1947 não parecia muito diferente daquela que era a rotina comum numa aldeia palestina. Era nos dois cafés da zona central, paredes meias com algumas lojas que constituíam o núcleo da actividade comercial, onde todas as conversas desembocavam. Aquela não seria, contudo, uma noite como as outras. Para os que ali viviam, para os seus filhos e netos que hoje vivem em Ramalah, Jerusalém Oriental ou espalhados um pouco pelo mundo da diáspora palestina, aquela hora marca o momento em que o curso secular da vida se suspendeu, e um outro tempo começou. A coberto das sombras da noite, uma unidade da Stern, a milícia sionista criada havia poucos anos por Menahem Begin, futuro primeiro-ministro do Estado de Israel, penetrou na aldeia. As instruções que orientavam os seus passos eram claras: “destruir os bairros árabes das cercanias de Jerusalém e castigar a população das aldeias”². Irromperam, de súbito, na praça central e metralharam insistentemente os cafés que àquela hora se encontravam cheios de gente. Seis pessoas tombaram sem vida, sete ficaram feridas. A notícia correu célere pelas aldeias em redor e muitos fugiram, desde logo, a procurar refúgio em lugares mais seguros. Poucas semanas depois, um destacamento da Haganah – o braço militar do governo sionista na Palestina, embrião das actuais forças militares de Israel – atacou de novo a aldeia, agora com ordens claras para completar a missão e apagar Lifta, de vez, do mapa da Palestina. Uma a uma as casas foram incendiadas e a população foi expulsa. Homens, mulheres e crianças foram lançados na errância dos caminhos, com os poucos haveres que conseguiram carregar. A maioria encontrou abrigo em Jerusalém Oriental ou em Ramalah. Alguns ainda aí vivem, mas os seus descendentes espalharam-se um pouco pelos quatro cantos da diáspora palestina.

Cerca de um mês depois destes trágicos acontecimentos, no dia 7 de Fevereiro, no caminho de Tel-Aviv para Jerusalém, Ben-Gurion, primeiro Presidente do estado de Israel, visitou as ruínas desertas da Lifta destruída. Fizera, naquele dia, todo o caminho de Tel-Aviv até Jerusalém, para participar numa reunião da Direcção do seu

¹ Sobre a história de Lifta e os esforços para manter viva a memória dessa comunidade sugere-se a consulta da página electrónica: <http://www.liftasociety.org/home>.

² Citado por Ilan Pappé, *The Ethnic Cleansing of Palestine*, Oxford, Oneworld Publications, 2007, p. 67.

Partido. Sentiu-se tocado pela visão daquela encosta deserta, povoada apenas pelos restos carbonizados das casas destruídas. O sentimento que o invadiu confessou-o aos seus companheiros de partido nessa mesma tarde:

“Quando cheguei agora a Jerusalém, senti que estava numa cidade Judaica. Este sentimento, tive-o apenas em Tel-Aviv ou numa quinta agrícola. É verdade que nem toda a Jerusalém é Judaica, mas existe já nela uma zona Judaica: quando se entra na cidade, através de Lifta e Romema, por Mahaneh Yehuda, a Rua Rei Jorge e Mea Sharim – não há árabes. Cem por cento de Judeus. Desde que Jerusalém foi destruída pelos Romanos – a cidade nunca foi tão Judaica como o é hoje. Em muitos bairros Árabes na parte ocidental da cidade não se vê hoje nem um Árabe. Não creio que isto venha a mudar. E o que aconteceu em Jerusalém e em Haifa – pode acontecer em largas partes do país. Se continuarmos, é realmente possível que nos próximos seis ou oito meses existam mudanças consideráveis no país, muito consideráveis, e a nossa favor. Existirão, certamente, mudanças determinantes na composição demográfica do país”³.

Ben-Gurion sabia do que falava. O sonho de uma Palestina etnicamente pura habitava o coração do projecto sionista desde a sua nascença. Desde meados dos anos trinta, pelo menos, o que era um sonho, foi, entretanto, elaborado, de forma contínua e gradual, numa estratégia planeada e executada meticulosamente. Poucos dias depois da aprovação da Resolução 181 das Nações Unidas que determinava a partilha da Palestina em dois estados, o mesmo Ben-Gurion definira o limite:

“Existem 40 por cento de não Judeus nas áreas atribuídas ao estado Judaico. Esta composição não oferece uma base sólida para um estado Judaico. Temos de enfrentar esta nova realidade com toda a determinação. Este equilíbrio demográfico põe em causa a nossa capacidade para manter a soberania Judaica... Apenas um Estado com, pelo menos, oitenta por cento de judeus, é um estado viável e estável”⁴.

Lifta foi uma das primeiras aldeias palestinas a ser destruída no quadro da operação de limpeza étnica da Palestina levada a cabo pelas forças sionistas. A operação prolongar-se-ia até 1954, mas o grosso foi executado entre Dezembro de 1947 e o final de 1948, mais ou menos dentro do prazo estimado por Ben-Gurion. No final desse período, mais de metade da população natural da Palestina, perto de 800 mil pessoas tinham sido expulsas das suas terras, 531 aldeias tinham sido destruídas, e 11 áreas urbanas tinham sido totalmente esvaziadas de população. Das cerca de 900 mil pessoas que viviam no território que as Nações Unidas tinham atribuído ao estado de Israel, apenas cerca de cem mil ali permaneceu. Para trás, um rasto insuportável de morte e destruição, e um cortejo de crimes hediondos – os massacres de Deir Yassin, Tantura, ou Dawaymeh, ou o envenenamento, com o vírus da tífóide, da água potável em Acre, no norte. Tudo meticulosamente pensado e executado, em planos militares sucessivos, dos quais o quarto – o plano Dalet, da letra D em hebraico – seria o mais decisivo e conhecido, e que foi aprovado numa reunião dos altos comandos sionistas no dia 10 de Março de 1948. Cada unidade da Haganah ou da Palmach – a tropa de elite israelita – recebeu uma lista detalhada com as aldeias que deviam ser ocupadas e destruídas, elaborada ao cabo de uma investigação ampla realizada desde os anos trinta sobre a realidade económica, social e demográfica palestina. Tudo profissional e friamente realizado por homens que, à sua carreira militar, somaram o desempenho das mais altas responsabilidades políticas no estado de Israel, desde logo Ben-Gurion, mas também, Igael Yadin, Moshe Dayan, Ygal Allon, Yitzhak Rabin, Itzak Shamir, Menahem Begin, Ariel Sharon, Rehavam Zeevi, entre tantos outros.

Depois da des-arabização, seguiu-se o processo, não menos violento, de sionização da Palestina, com o apagamento da memória dos nomes, dos lugares e dos caminhos da Palestina secular e a sua substituição por nomes hebraicos. Para compreender em toda a dimensão o drama existencial que é a Nakba, na consciência colectiva do povo palestino, é preciso ter visto as pesadas chaves das casas saqueadas pelo exército israelita, ou os títulos de propriedade das suas terras emitidos no tempo da administração otomana da Palestina, e que os refugiados ou os seus descendentes guardam como relíquias, no canto mais íntimo e sagrado das suas casas, nos campos da Margem Ocidental, da Jordânia, ou do Líbano. Mas sobretudo, é necessário conhecer a voz que não esmorece, que vem do fundo dos tempos e que teima em fazer-se ouvir. A terra que um turista, que visita aqueles lugares, observa não é a mesma que os homens e as mulheres da Palestina, os seus filhos e netos, conhecem. Em

³ Gershon Rivlin e Elhanan Oren, *The War of Independence: Ben-Gurion's Diary*, Tel-Aviv, Ministry of Defence, 1982, pp. 210/211, citado por Ilan Pappé, *The Ethnic Cleansing...*, p. 68.

⁴ Ben-Gurion, *In the Battle*, Tel-Aviv, Am Oved, 1949, citado por Ilan Pappé, *The Ethnic Cleansing...*, p. 48.

cada monte, em cada vale ou encosta, há uma aldeia, uma fonte ou um rebanho, uma árvore, uma oficina, um beijo ou um choro, invisíveis ao olhar forasteiro, mas tão presentes como quando se soltaram.

A Nakba é, em primeiro lugar, uma batalha silenciosa, mas incessante, para resgatar o passado, pelo direito à memória que é a carne e o sangue de todos os povos de todas as culturas do mundo. Evocar a Nakba é recordar como todos aqueles crimes foram executados no meio do quase total silêncio e passividade por parte da comunidade internacional. Durante muitos anos a sua existência foi simplesmente ignorada, reduzida, como hoje é vulgar dizer-se, a propósito de acontecimentos que nos são próximos, a danos colaterais da guerra israelo-árabe de 1948, lamentáveis talvez, mas considerados inevitáveis, parte do sofrimento que é o timbre de todas as guerras, e de nenhuma em particular. Todas as guerras, afinal, têm refugiados, vítimas inocentes, destruições indesejadas. A nobre tenacidade de todo o povo palestino, a sua resistência e a esperança inquebrantável dos refugiados e dos seus descendentes, por um lado, e o labor rigoroso e corajoso de historiadores palestinos e israelitas, entre os quais é justo destacar, Walid Khalidi, Nur Masalha e Ilan Pappé, por outro, tornaram hoje claro, para todo o mundo, que a catástrofe que se abateu sobre o povo palestino não foi obra do acaso, nem sequer uma consequência inevitável ou indesejada da guerra de 1948. A Nakba é o resultado de um planeamento determinado, cauteloso, guiado por objectivos claros – que se inicia anos antes da guerra e se prolonga muito para além dela – e orientado para a produção de um resultado: a limpeza étnica da Palestina, o que no vocabulário sionista é muitas vezes designado, hoje ainda e ao mais alto nível do Estado de Israel, como “transferência”.

Mas a evocação da Nakba não é apenas um preito de homenagem aos que caíram varados pelas balas ou soterrados sob os escombros das suas casas. Sessenta e três anos depois, evocar a Nakba é uma exigência de futuro, porque qualquer solução para a chamada questão palestina, para ser digna, justa e duradoura, tem que edificar-se sobre o reconhecimento das suas feridas, e jamais sobre o seu apagamento. E não deixa de ser irónico que, é justamente hoje, quando é mais generalizado o conhecimento sobre os detalhes da execução do plano Dalet, que a Nakba e a limpeza étnica da Palestina é quase totalmente ignorada do discurso político internacional. Importa a este propósito esclarecer alguns pontos.

Em torno do chamado “processo de paz”, Israel, com o beneplácito e a cumplicidade dos Estados Unidos e, em larga medida, das potências europeias, edificou um conjunto de premissas sobre a questão palestina cujo objectivo primordial é, justamente, enterrar, em definitivo, a Nakba e as suas implicações presentes, no caixote de lixo da história. Cada uma delas tem inúmeros desenvolvimentos e apresentações possíveis, mas convém, mesmo que resumidamente, enunciar e desconstruir aquelas que são as suas pedras angulares porque elas estão no centro do debate político actual, muitas vezes de forma dissimulada, contribuindo para distorcer a verdadeira natureza dos problemas em presença.

A primeira dessas premissas é aquela que pretende que a origem da questão palestina se encontra na ocupação dos territórios da margem Ocidental do Rio Jordão, da faixa de Gaza e de Jerusalém Oriental, em 1967. Daqui resultaria, concomitantemente, que a resolução da questão palestina estaria encontrada na base de um acordo sobre a partilha desses territórios.

A segunda premissa constitui uma decorrência desta primeira. É que se os territórios são a origem do conflito, e que a solução para ele está num acordo que regule a sua partilha, então tudo o que neles existe, a terra, os recursos naturais, as pessoas, são matéria negociável e eventualmente divisível. Ou seja, depois de limitar a vinte por cento da Palestina, o espaço para a constituição de um estado árabe, Israel ao abrigo desta ideia coloca-se na posição de disputar ulteriores apropriações de território dentro desses vinte por cento, assim como discutir a partilha dos recursos naturais, e a eventual transferência de populações dentro dele.

A terceira premissa, também ela uma consequência cumulativa das anteriores, é a que postula que nada do que aconteceu antes de 1967 é matéria relacionada com a questão palestina, e, portanto, negociável. Ou seja, em primeiro lugar, obliterando os crimes de 1948 e as suas consequências, Israel exime-se das suas responsabilidades nesses acontecimentos. Em segundo lugar, se o conflito se resume aos territórios de 1967, e nada do que está para trás é parte desse conflito, então o arranjo sobre o destino desses territórios implicará a resolução definitiva da questão palestina. Para além da própria absolvição sobre os crimes do seu passado, Israel imporia por esta forma, a deslegitimação das esperanças das populações palestinas refugiadas, e o silêncio definitivo sobre as raízes do conflito.

Há contudo uma dura verdade mais funda e penetrante que a política do estado de Israel procura esconder com todas estas meias-verdades que aqui muito brevemente se enunciam: nem a questão palestina se inicia em 1967, nem ela se resume a uma eventual disputa sobre os territórios então ocupados, nem a política de limpeza étnica da Palestina se deu por concluída com a Nakba. De facto, o que a história destes sessenta e três anos demonstra é que, assim como o plano Dalet foi o resultado de sucessivas revisões e readaptações de planos anteriores – orientados todos pelo objectivo estratégico enunciado tão claramente por Ben-Gurion, de alcançar um território etnicamente puro – assim também toda a política prosseguida pelos sucessivos governos do estado de Israel, desde os trabalhistas à extrema-direita que actualmente governa o país, se orienta pelo objectivo de prosseguir e aprofundar a expulsão da população árabe natural daqueles lugares e a colonização extensiva de todo o território. As impressões digitais do Plano Dalet estão bem vincadas na contínua e quotidiana expropriação de casas e territórios palestinos, na destruição de campos de cultivo, de árvores de fruto, de explorações agrícolas e oficinas, em suma, na desarticulação de toda a infra-estrutura económica das populações palestinas. As limitações à liberdade de expressão e organização dentro do estado de Israel contra aquela que é hoje a sua minoria árabe – os palestinos que as milícias sionistas não lograram expulsar em 1948 – a ilegalização de todas as manifestações de evocação da Nakba, assim como a imposição de uma nova lei de cidadania, impondo aos árabes um juramento de fidelidade ao estado de Israel, mais não são que um prolongamento das campanhas de judaização forçada que marcaram a política de Israel durante os anos cinquenta. Nas frequentes incursões militares nas aldeias dos territórios ocupados, nas prisões arbitrárias, nas torturas, nos assassinatos selectivos, na repressão das manifestações populares contra o avanço do muro do apartheid ou a construção de novos colonatos, reconhecem-se, distintamente, as instruções inscritas no plano de 1948. Pese embora toda a sofisticação tecnológica dos exércitos modernos, o massacre no campo de refugiados de Jenin, em 2002, ou, mais recentemente, a bárbara operação chumbo fundido, lançada no final de 2008 e no início de 2009, foram executados, em larga medida, segundo o mesmo *modus operandi* da Haganah, da Palmach, do Irgun e da Stern. E tal como então, apesar de ser hoje incomensuravelmente superior a massa de informação disponível e o alcance de actuação dos meios de comunicação social, uma parte muito substancial desta contínua, persistente e determinada limpeza étnica de toda a Palestina, de ocupação e colonização do seu território, desenvolve-se sob um pesado manto de silêncio e hipocrisia. Anote-se um dado apenas para reflexão: desde a assinatura dos acordos de Oslo, o estado de Israel revogou a autorização de residência e por isso expulsou das suas terras e casas, cerca de 140 mil pessoas, só na Margem Ocidental do rio Jordão, vulgarmente conhecida por Cisjordânia⁵. E este é, apenas, um dos instrumentos utilizados para prosseguir a expulsão da população árabe.

Ontem como hoje, com Bush ou Obama, a mesma hipocrisia, a mesma política de dois pesos e duas medidas. Ao arrepio dos princípios basilares da legalidade internacional – como o direito de soberania e o dever de não ingerência – os EUA e as potências europeias precipitaram-se para a intervenção na guerra civil em curso na Líbia, em nome da defesa da população civil daquele país. Mas nem Bush, nem Obama, nem Merkel, nem Sarkozy ou Berlusconi, se moveram para proteger a população de Gaza dos bombardeamentos que sobre ela se abateram no Natal de 2008. Todos continuam a assistir, com palavras mais ou menos sentidas, mas sem nenhuma acção concreta, ao bloqueio desumano e cruel que Israel continua a impor sobre a faixa de Gaza.

Sessenta e três anos cumpridos sobre a Nakba, entretanto, há razões fundadas para a esperança. As grandes e corajosas manifestações que decorreram ontem, nos territórios ocupados, em Israel e, em particular, nas fronteiras síria, libanesa e egípcia, são um sinal disso mesmo. Elas não podem ser desligadas dos movimentos populares que têm cruzado todo o Médio Oriente e Norte de África e do forte abanão infligido sobre as ditaduras e regimes corruptos aí estabelecidos durante décadas e que, de uma forma ou outra, pactuaram com o cerco e a repressão sobre o povo da Palestina. Trata-se de um processo complexo com características muito distintas, de país para país, cheio de vicissitudes e contradições, avanços e recuos, e que não está isento de ingerências, manipulações e instrumentalizações – dos quais a intervenção militar internacional na Líbia e da Arábia Saudita no Bahrain são bem exemplo. Muito longe de estar terminado, entretanto, esse processo evidencia de forma eloquente a força irresistível das massas populares em movimento, capaz de impor derrotas importantes aos interesses das grandes potências e das oligarquias locais que durante décadas medraram à sua sombra e ao seu serviço.

⁵ Haaretz, 11.05.2011, consultável em <http://www.haaretz.com/print-edition/news/israel-admits-it-covertly-canceled-residency-status-of-140-000-palestinians-1.360935>.

Mas, para além da importância deste contexto regional, a força, coragem e determinação que envolveram as manifestações deste fim-de-semana são indissociáveis da notícia do recente acordo de entendimento entre as diferentes forças do movimento de resistência nacional palestino. Durante muitas décadas, nos períodos mais duros da repressão e do silenciamento, quando a causa nacional palestina era pouco conhecida, foi a unidade da resistência nacional, consubstanciada na OLP, única e legítima representante do povo palestino, que constituiu o mais fundamental instrumento de luta e que permitiu inverter essa situação e colocar a questão palestina no centro da agenda internacional. Inversamente, a divisão profunda que abalou a resistência palestina, envolvendo em particular o Hamas e a Fatah, constituiu, nos últimos anos, a principal fragilidade desta causa, e foi motivo de recuos e derrotas dolorosas e muito significativas. O processo de aproximação e entendimento entre as diferentes forças palestinas é, estamos em crer, também ele, um processo longo e complexo, mas urgente, inevitável e imperioso. As grandes potências ocidentais, os Estados Unidos da América, Israel em primeiro lugar, não deixarão de dificultar e boicotar esse processo, de lhe criar obstáculos, de tentar, como o fizeram no passado, semear a intriga, a calúnia e a discórdia. Não faltarão as provocações, os crimes, as ingerências.

Mas, contra tudo e contra todos, o caminho da unidade – como aliás, do reforço e alargamento da solidariedade internacional – é hoje um imperativo, uma exigência de todo o povo palestino. Uma unidade que tem que fundar-se, desde logo, no respeito pelas reivindicações centrais do movimento de resistência nacional palestino: o fim da ocupação, a retirada de Israel de todos os territórios ocupados em 1967, a constituição de um estado da Palestina livre, viável e soberano, com Jerusalém Leste como capital, e uma solução justa para a situação dos refugiados palestinos. Uma unidade que requer, como condição essencial, o aprofundamento do diálogo democrático que envolva todas as forças políticas e organizações e movimentos da sociedade palestina. Uma unidade que reforce e amplie a resistência popular e a luta do povo palestino contra a ocupação, em todas as suas formas. Uma unidade empenhada na resolução política do conflito, mas ancorada na mesma firmeza de princípios que Arafat demonstrou em Camp David. Uma unidade que honre o sacrifício daquelas gerações de homens e mulheres, dos seus filhos e netos expulsos de Lifta e de tantas e tantas aldeias a quem o poeta Toufik Zayyad deu voz, um dia:

Como vinte impossíveis

Em Lod, em Ramleh, e na Galileia

Ficaremos

E se isso não vos apraz, terão de beber o oceano

Nós lavraremos a terra à sombra das figueiras e oliveiras

Plantaremos as ideias como o fermento na massa.

O frio do gelo nos nervos

E nos corações, um inferno vermelho.

Se tivermos sede, espremeremos a rocha

E comeremos o pó se tivermos fome

Mas não partiremos daqui.

Não misturaremos o sangue puro

Aqui se encontram o nosso passado

O nosso presente

E o nosso futuro⁶.

(*) Carlos Almeida é investigador científico e membro da Direcção Nacional do MPPM. Esta intervenção foi proferida na sessão pública evocativa do 63º Aniversário da Nakba promovida pelo MPPM, na Casa do Alentejo, em Lisboa, no dia 16 de Maio de 2011.

⁶ Toufik Zayyad, *Aqui ficaremos*, Setembro de 1965, citado por Mohammed Al-Asaad, *Memórias de uma Aldeia Palestiniana Desaparecida*, Lisboa, Campo das Letras, 2005, p. 139.

SESSÃO EVOCATIVA DO 63º ANIVERSÁRIO DA NAKBA

LISBOA - 16 DE MAIO DE 2011

INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR MUFEED SHAMI (*)

Caros amigos solidários com o povo palestino do MPPM, caros amigos da mesa Maria do Céu Guerra, Carlos Almeida e José Manuel Rosendo,

Tenho a honra de saudar todos os membros do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente e todas as pessoas presentes. Agradeço ao MPPM do fundo do coração por me ter convidado a comemorar hoje este dia tão doloroso para o coração de qualquer palestino. Comemoramos este dia na esperança de alcançar um futuro melhor para todos os palestinos. Tenho a honra de transmitir também as saudações e os agradecimentos de Sua Excelência o Presidente Mahmoud Abbas e de Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ryad Al-Malki. A vossa solidariedade com o povo palestino e com esta causa é de grande importância para a liderança palestina, para o povo palestino e também para mim, como embaixador da Palestina em Portugal. Valorizamos a vossa solidariedade e o vosso empenho. Estou consciente que a vossa dedicação facilitou o trabalho da Missão Diplomática da Palestina em Portugal e encorajou todos os seus funcionários. É inquestionável que a vossa solidariedade com o povo palestino reforça a sua determinação pois sabe que não está sozinho na luta pelos seus direitos e pela sua causa, antes partilha o seu sonho em estabelecer um estado palestino independente.

Ontem comemorámos 63 anos de Nakba, a catástrofe da Palestina e dos Palestinos, que começou com o Congresso Sionista em 1897 em Basileia, Suíça, e culminou no dia 15 de Maio de 1948. Nesse dia, o Estado de Israel foi estabelecido pela força das armas sobre as ruínas da nossa pátria e os crimes e massacres cometidos tiveram como consequência o exílio do nosso povo dentro da própria Palestina, os campos de refugiados e a diáspora. Será que o nosso povo e o mundo podem esquecer os massacres de Deira Yassin, de Qibia, de Nahalin e outros massacres cometidos entre 1947 e 1948, para além dos massacres posteriores?

Em 1947 os poderes colonialistas que então controlavam as Nações Unidas resolveram partilhar a nossa pátria em dois estados: um Árabe Palestino e outro Israelita Judeu. Contudo, o Estado Palestino nunca viu a luz e a legitimidade internacional não foi respeitada.

Assim, o Povo Palestino foi obrigado a escolher um de dois caminhos: ou desaparecer por completo ou resistir e defender-se, animado pelo direito de manter a sua pátria eterna na Palestina onde tem uma longa e enraizada história. Não hesitou, pois, em escolher o caminho da recusa e da resistência sob todas as suas formas. Não aceitou a humilhação e recusou a colonização dos locais sagrados, da terra e das pessoas. O Povo Palestino acredita na paz, no direito dos povos à auto-determinação e na contribuição de todos para a civilização comum.

A Palestina é a nossa pátria: a nossa e a dos nossos pais e antepassados. É a pátria dos nossos netos e das próximas gerações. A Palestina é a nossa terra insubstituível, é a nossa única pátria. Cada refugiado palestino espera pelo dia em que possa regressar ao seu país, pelo dia em que prevaleça a legitimidade internacional. Essa mesma legitimidade que não quis esquecer a Nakba e o direito de regresso de todos os palestinos que foram expulsos da Palestina e obrigados a viver em campos de refugiados ou na diáspora.

No início, os líderes do movimento Sionista e, mais tarde, os líderes de Israel questionaram a existência do Povo Palestino. Para eles a Palestina era uma terra sem povo e os Judeus um povo sem terra, negando assim a existência do Povo Palestino. Assumiram que as novas gerações que viveriam na diáspora iriam esquecer a Palestina. Será que hoje ainda ousam colocar a mesma questão? Quem ousará dizer que os velhos morrem e as novas gerações esquecem? O que dizem sobre as crianças que desafiam os tanques com uma pedra? O que dizem sobre os enormes sacrifícios do Povo Palestino? O que dizem sobre a Organização de Libertação da Palestina e a sua visão que exprimiu a nossa aspiração nacional de estabelecer um Estado Palestino independente e auto-determinado? Todos estes esforços colectivos forçaram Israel a assinar os acordos com a OLP e a estabelecer a Autoridade Nacional Palestina, núcleo de um Estado Palestino independente. A realidade palestina é tão óbvia e clara em todo o mundo que hoje já ninguém ousa negar ou ignorar a sua existência.

Durante estes 63 anos de Nakba milhares de pessoas foram mortas, feridas, feitas prisioneiras e exiladas porque se recusaram a viver sob a ocupação e escolheram a liberdade e a independência.

Não obstante esta enorme catástrofe, a opção pela paz foi a nossa única escolha estratégica para consagrar uma paz justa, integral e duradoura no Médio Oriente em conformidade com as resoluções das Nações Unidas nºs 242, 338, 425, 194, 1397, 1515 e outros acordos internacionais, com especial referência ao *road map* adoptado pelo Quarteto constituído pelas Nações Unidas, União Europeia, Estados Unidos e Federação Russa.

Os Palestinos não podem aceitar outra solução que não seja a retirada completa de Israel dos seus territórios até às fronteiras de 4 de Junho de 1967 e o desmantelamento de todos os colonatos por serem considerados ilegais pelo direito internacional. Nunca haverá paz e segurança sob ocupação e colonização.

O conceito de retirada completa e de uma paz justa e duradoura deverá ser acompanhado pelo reconhecimento pleno por parte de todos os países Árabes conforme determinado nas iniciativas da Liga Árabe e nos princípios das Conferências de Paz relacionadas com a causa Palestiniana, tais como Madrid, Washington, Cairo, Sharm el-sheikh, Taba, Wye River, Paris e Annapolis.

Pese embora a sistemática rejeição israelita de todas as iniciativas de paz que possam conduzir a uma paz integral e duradoura no Médio Oriente, a liderança palestina chefiada pelo Presidente Mahmoud Abbas anunciou a nossa estratégia nacional para o fim da ocupação e independência:

- Não há regresso às negociações até à suspensão completa da construção e expansão dos colonatos;
- Todas as negociações futuras deverão obedecer a um quadro de referências e a um calendário em conformidade com as resoluções das Nações Unidas;
- O resultado final de todas as negociações será o estabelecimento dum Estado Palestino independente com as fronteiras de 4 de Junho de 1967;
- A reestruturação das instituições governamentais e não governamentais palestinas no sentido de as converter em instituições estatais e de reduzir a sua dependência de ajudas externas. Este objectivo já foi alcançado e tanto a União Europeia como as Nações Unidas reconheceram que as instituições palestinas estão preparadas para fazer face à independência a partir de agora;
- Acabar com a divisão interna entre Gaza e Cisjordânia através do acordo assinado no Cairo há duas semanas. O acordo prevê a formação de um governo de independentes e de tecnocratas com um mandato específico: preparar as eleições presidenciais, legislativas e locais e reconstruir o que foi destruído durante o ataque israelita de 2008 contra Gaza.
- Continuação da resistência popular por meios pacíficos contra as actuais políticas e acções israelitas; rejeição da ocupação, rejeição da expansão dos colonatos, rejeição da construção do muro de separação até ao estabelecimento dum Estado Palestino independente e democrático;
- Todos os prisioneiros políticos palestinos detidos nas prisões israelitas devem ser libertados.

Viva a Palestina

Viva Portugal

Viva o Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente.

Viva a Amizade e a Solidariedade do Povo Português com o Povo Palestino.

() O Embaixador Mufeed Shami é o representante diplomático da Palestina em Portugal. Esta intervenção foi proferida na sessão pública evocativa do 63º Aniversário da Nakba promovida pelo MPPM, na Casa do Alentejo, em Lisboa, no dia 16 de Maio de 2011.*